

GERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: Pode explicar o que fazia na altura da Independência?

ARANDA DA SILVA: No momento da Independência estava em Maputo. Estive lá no estádio. Portanto, nessa altura trabalhava no Ministério de Administração Interna no Gabinete de Estudos, que era um gabinete especial onde muita gente que estava fora antes da Independência, quando voltava ou quando recebia ordens para voltar, ia para lá. Depois de lá é que era distribuído para outros sítios.

O estádio foi uma coisa... que não se esquece mais na vida. Quando a bandeira desceu e a bandeira subiu e aquele barulho todo, centenas, milhares de pessoas em emoção, eu penso que não há ninguém que não chorou naquele dia.

GDI: Quais foram as suas principais actividades políticas antes da Independência?

AS: Já no liceu tinha alguma actividade e curiosidade sobre o problema da guerra colonial, porque o meu pai me educou numa forma bastante aberta e a olhar para a realidade das coisas. Mas, saí de Moçambique depois de acabar o liceu, com 16 anos, ia fazer 17 e entrei na Faculdade de Economia do Porto e, aí, rapidamente – o meu irmão também era uma pessoa activa politicamente – entrei no movimento estudantil da Faculdade de Economia do Porto e fui Presidente da Associação. Dois anos depois fui transferido para Lisboa, porque o meu irmão acabou o curso e já não precisava de estar com ele e porque o curso era melhor em Lisboa, era mais aberto. No Porto era um curso muito conservador.

Em Lisboa desenvolvi muito a actividade associativa e fui eleito Presidente da Associação do Instituto Superior de Economia e Finanças. Uma eleição muito curiosa, porque houve 4 listas, numa das quais estava o que é hoje o Presidente do Parlamento Português e outro era o irmão do Presidente da República Portuguesa, o António Rebelo de Sousa¹ e nós ganhámos. Era uma lista de gente ligada ao Partido Comunista, mas também Socialista de esquerda e pessoas que não tinham filiação partidária. Era uma lista mais de unidade, antifascista.

Pouco tempo depois, a Associação foi encerrada, pelas autoridades, a polícia invadiu a Faculdade, encerrou a Associação e entrámos em greve. Durante esse período de greve, na altura da realização dum comício contra a guerra colonial, um estudante foi morto na sala de aula, por um PIDE², não foi pela polícia normal, e, portanto, a situação ficou muito difícil, eu tive de andar alguns meses escondido, até que tive de fugir do País.

Foi em Dezembro de 1972 tive de fugir para Paris, foi uma fuga difícil. Não estava organizada, portanto, atravessei a pé a fronteira ao pé de Chaves, sem bagagem, porque saí de casa com a PIDE atrás, e depois tive de largar o carro e correr. Na Av. De Roma tinha outro carro à minha espera num sítio, e eles até tiraram a pistola nessa altura. Portanto, foi assim esse tipo de fuga. Levaram-me até à fronteira e uma senhora, que, aliás, é conhecida, a avó da Áurea Sampaio, que é uma pessoa daqui, mas que é jornalista e esteve muitos anos como Directora adjunta da “Visão” e agora penso que trabalha no “Público”. Foi a avó dela que me passou. Depois tinha um carro que me

¹ **António Jorge Duarte Rebelo de Sousa** (Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 31 de Maio de 1952) é um economista português. É professor agregado em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa, professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e professor convidado da Universidade Lusfada de Lisboa.

² **PIDE** - Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente.

levou a Salamanca, e apanhei um comboio que era de emigrantes e não pediam os documentos a toda a gente. Foi assim um bocado arriscado.

Mas, os primeiros meses em Paris foram difíceis, mas depois ao fim de 6 meses, pedi o estatuto de refugiado político, tive bolsa de estudo e em meados de '73, houve o Festival da Juventude de Berlim e houve delegações de estudantes Portugueses lá e também da FRELIMO e foi aí que houve um encontro. O chefe da delegação da FRELIMO era o Sérgio Vieira³, tivemos uma conversa, manifestei a minha intenção e ele disse: “Vou de volta e depois havemos de dizer qualquer coisa”.

Entretanto há o 25 de Abril em '74⁴ e eu voltei primeiro a Portugal, porque a minha mãe tinha ido para Portugal, estava muito mal, aliás, faleceu passado um tempo e estive com a minha mãe. Entretanto, o Professor Mário Machungo⁵ passou em Portugal, reuniu connosco e disse: “No momento em que haja Acordo, vocês regressam.”

Portanto, eu apanhei o avião no dia 9 de Setembro de '74, saí em Maputo, ainda vim do aeroporto com escolta, estavam as reminiscências do 7 de Setembro⁶. Quando cheguei, entrei para o Grupo Dinamizador da Faculdade de Economia, mas fui logo chamado, pouco tempo depois, para o Ministério da Administração Interna, era o Ministro Guebuza⁷ nessa altura, onde esses estudantes que estavam a chegar como o Abdul Magid⁸, o Prakash⁹, o Jorge

³ **Sérgio Castelo Branco da Silva Vieira** (Tete, Moçambique, 4 de Maio de 1941) é um político moçambicano e poeta. Licenciado em Ciências Políticas, participou na Luta Armada de Libertação Nacional, dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Após a independência do de Moçambique, exerceu o cargo de Governador do Banco de Moçambique e de Ministro da Segurança.

⁴ **Revolução de 25 de Abril**, também referida como Revolução dos Cravos, refere-se a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de Abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933 e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de Abril de 1976, com uma forte orientação socialista na sua origem.

⁵ **Mário Fernandes da Graça Machungo** (1 de Dezembro de 1940) Economista, foi Ministro da Coordenação Económica durante o Governo de Transição de 20 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975. Ocupou vários cargos ministeriais entre 1975 e 1986 (Indústria e Comércio, Agricultura e Planificação) e tornou Primeiro-ministro do país de 17 de Julho de 1986 a 16 de Dezembro de 1994. Ocupou vários cargos na Universidade Eduardo Mondlane e recentemente foi Presidente do Conselho de Administração do BIM.

⁶ **7 de Setembro de 1974**, data da assinatura do Acordo de Lusaca. Entre o Governo Português e a Direcção da FRELIMO, que preparou caminho para a transferência rápida e incondicional do poder para a FRELIMO No mesmo dia houve um levantamento da população branca em Lourenço Marques e na Beira. A emissora de rádio foi ocupada e começou a emitir mensagens para todo o país, incitando os brancos a revoltarem-se. Isto deu como resultado uma tremenda perda de vidas.

⁷ **Armando Emilio Guebuza** (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do Governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

⁸ **Abdul Magid Osman** (Maputo, 1944) é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa. Foi Ministro dos Recursos Minerais de Moçambique, entre 1979 e 1983 e Ministro das Finanças, entre 1986 a 1991. Foi director da Divisão de Gestão, Desenvolvimento e Governança do PNUD, foi Administrador não executivo do Mercantile Bank, na África do Sul, de 2002 a 2007 e Presidente do Conselho de Administração. e do Comité Executivo do BCI - Banco Comercial de Investimentos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp, fundador e Presidente da Fundação BIOFUND (proteção da biodiversidade) Presidente do Conselho de Administração da Épsilon Investimento e é Presidente do Conselho de Administração. Directores e da Comissão Executiva da Tchuma Cooperativa de Crédito e de Poupança.

⁹ **Prakash Ratilal** (Moçambique, Março de 1950) é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa. Foi nomeado Presidente do Conselho de Administração do Montepio de Moçambique de 1975, Vice-governador do Banco de Moçambique em 1977 e Governador do mesmo banco entre 1981 e 1986. Entre 1986 e 2001 ocupou vários cargos nas Nações Unidas e, recentemente, Presidente do Conselho de Administração da Moçambique Capitais, SA.

Graça¹⁰ e muitos outros. Iam todos para ali e dali depois, a pouco e pouco, iam sendo destacados para outras tarefas em Ministérios onde era necessário.

Nesse período tive várias actividades, participei muito na formação de Governadores e Administradores de Distrito, houve um curso especial, mais na área da administração pública, do que na área da policia. Mas também participei na criação da Escola de Matalane, em tendas, foi a primeira Escola da Polícia. Tivemos 2 meses para montar aquilo, era mato, vieram os instrutores da Tanzania, mandou-se vir jovens com educação das Províncias e foi assim que começou a Polícia, porque tinha que haver polícias no dia 25 de Junho, do ano seguinte. Foi tudo a correr, mas lá saiu. Hoje é uma Escola Superior, mas naquela altura eram tendas e muitos de nós fomos lá treinar também. Então, o Pico Soares também era um dos que passou por lá, também esteve muito envolvido na criação de Matalane.

Tive várias tarefas, fui conselheiro do primeiro Governador da Zambézia, para assuntos económicos, o Gruveta¹¹, durante uns meses. Trabalhávamos muito, o João Honwana¹² e eu, a apoiar o Governador, porque ele era novo naquilo e era preciso fazer a ligação com as grandes companhias, acalmar as coisas, etc. Foi muito interessante esse trabalho.

Mais tarde fui nomeado como Chefe da Comissão para distribuição da terra aos camponeses, em Chókwè, na qualidade de Director do Regadio do Limpopo. Foi com um grupo grande de Comissários Políticos, a terra tinha sido abandonada. Muitos dos Portugueses do Colonato estiveram envolvidos no movimento do 7 de Setembro e depois saíram para a África do Sul com os seus carros, tractores, etc.

A primeira função foi distribuir a terra aos Moçambicanos que eram seus empregados. Foi talvez a tarefa mais bonita que fiz em toda a minha vida com o Governo. Correu muito bem. Foi muito difícil, porque havia muitos engenheiros Portugueses velhotes lá, que sabiam, e eu fui lá como chefe, com 25 ou 26 anos e quando eu cheguei lá aquela gente olhou para mim com desconfiança, mas à noite estudava para não parecer parvo e de manhã reunia com eles, mas pouco e pouco eles criaram confiança e colaboraram no processo, porque era fundamental a sua colaboração para que aquilo corresse bem. Foi um processo muito intenso, onde milhares de famílias tiveram terra dentro do regadio pela primeira vez.

Vou dar só um exemplo. Fazíamos coisas variadas, desde inspecção a Câmaras, às Finanças das Câmaras, onde havia desvios de fundos, aquele Gabinete era um pau para toda a obra. Ainda me lembro que uma vez passei o Natal e Fim do Ano a visitar os Distritos de Maputo, todos, um por um. Era assim... quando fui para o Chókwè, informaram-me, parti no dia seguinte e só vim quase um ano depois. Portanto, era assim...

¹⁰ **Jorge da Graça**, licenciado em Direito e Mestrado na área de estudos sobre desenvolvimento. É sócio da sociedade de advogados CGA – Couto, Graça & Associados.

¹¹ **Bonifácio Massamba Gruveta** (Namacata, 6 de Junho de 1942 – Maputo, 28 de Setembro de 2011) Membro do Comité Central desde o II Congresso da FRELIMO foi comandante das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) durante a luta de libertação. General na reserva foi o primeiro Governador da província Zambézia após a independência nacional de Moçambique. Também ocupou o cargo de primeiro Secretário-Geral da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional. Foi deputado do Parlamento moçambicano e pertencia ao Conselho de Estado Moçambicano.

¹² **João Bernardo Honwana**, Coronel, foi Comandante da Força Aérea durante o governo de Samora Machel. Agora dedica-se à academia e às Nações Unidas onde já foi representante do Secretário-Geral em vários países, com especial destaque para Guiné-Bissau.

Havia muitos problemas de abastecimento em '78 na cidade de Maputo, bichas enormes nas lojas e foi criada a Comissão Nacional de Abastecimento, cujo chefe era o Jacinto Veloso¹³. Então fui destacado do Ministério de Administração Interna para ser adjunto da Comissão Nacional de Abastecimento, para olhar para o problema e procurar possíveis soluções. Durou um ano e ao fim dum ano a Comissão foi extinta e foi criado o Ministério do Comércio Interno e eu fui nomeado para o Ministério do Comércio Interno como Director Nacional durante um período. Portanto, foi esse o meu percurso, nesses primeiros anos.

GDI: Disse que em '78 havia bichas para as lojas. Porque havia bichas?

AS: O porquê das bichas? Tem que se olhar para a situação económica do País. Isto era um País que no momento da Independência tinha 95% de analfabetos. Portanto, todas as funções eram exercidas por Portugueses, as mais pequenas e toda a importação estava na mão de dezenas, quase milhares de empresas espalhadas, algumas maiores, outras mais pequenas. De repente, esse conhecimento do processo de importação foi cortado, porque muitas empresas desapareceram e porque muita gente abandonou o País.

O abandono do País foi em 4 vagas. A primeira causa mais forte foi o 7 de Setembro, mas quando foram as nacionalizações, mais tarde dá-se uma segunda vaga. Quanto às nacionalizações, em Portugal também nacionalizaram muitas companhias e em Moçambique recebeu-as, por tabela. O Estado Português entregou-nos todos os bancos, seguros, Companhias de Cimento. Não foi nada nacionalizado por nós, foi em Portugal. Eu estive numas conversações em que da parte Portuguesa estava o Presidente Sampaio¹⁴ - eu era miúdo, jovem, não tinha muita influência - e éramos nós a dizer: "Vocês têm de tomar conta disso..." e eles a dizer: "Não agora é vosso, não temos nada a ver com isso". Ficámos com aquilo tudo na mão, com uma capacidade gestão limitada... Saíram muitos técnicos do Estado, também, logo a seguir à Independência, porque tinham medo de perder a sua reforma em Portugal. Quer dizer, foi um Estado que se esvaziou, empresas que desapareceram, milhares de lojas em que os donos saíram, com os seus camiões e atravessaram a fronteira, ou para a Rodésia, na altura, ou para a África do Sul. Calcula-se que passaram a seguir ao 7 de Setembro na fronteira de Ressano Garcia, em 15 dias, 30.000 carros, só para terem uma ideia e tractores e camiões.

Portanto, há um choque brutal na Economia e deixa-se de importar, com excepção de alguns produtos em que o Estado, no tempo colonial era o importador, como os cereais, o trigo, o arroz... O Instituto de Cereais tinha uma

¹³ **Jacinto Veloso**, General na reserva, nasceu e cresceu em Lourenço Marques, hoje Maputo. No início de 1963, juntamente com João Ferreira, abandonou Moçambique com destino a Dar-es-Salaam, na Tanzânia, pilotando um avião da Força Aérea Portuguesa e tornando-se membro da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Após a independência de Moçambique, ocupou vários cargos governativos do país. Dirigiu a comissão intergovernamental que negociou a assinatura do Acordo de Nkomati com o regime de Pretória e trabalhou activamente no processo da procura da Paz para a África Austral.

¹⁴ **Jorge Fernando Branco de Sampaio** (Lisboa, 18 de Setembro de 1939) é um político português, licenciado em Direito. Antes do 25 de Abril de 1974, desenvolveu uma constante actividade política, participando nos movimentos de resistência à ditadura. Em 28 de Setembro de 1974 Sampaio está nas barricadas à volta de Lisboa, destinadas a impedir a chegada da população à manifestação de apoio ao general António Spínola, mais conhecida como a manifestação da Maioria Silenciosa. Em Março de 1975, é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa do IV Governo Provisório. Em 1978 é deputado à Assembleia da República. Por designação da Assembleia, entre 1979 e 1984, foi membro da Comissão Europeia para os Direitos Humanos. Entre 1986 e 1987 presidiu ao Grupo Parlamentar do PS. Em 1989 foi secretário-geral do PS, cargo que ocupou até 1992. Em 1995 ganhou a eleição para Presidente da República. Foi reeleito pela segunda em 2001. Em 2006, foi nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas como Enviado Especial para a Luta contra a Tuberculose. Em 2007 foi nomeado Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações.

função, já o Estado controlava isso. De resto, das 5.000 empresas a importar, passou a haver 1.000. Naquelas 1.000 ainda funcionava, mas muitos produtos desapareceram.

Posso contar uma história muito interessante, que aconteceu mais tarde. Uma vez estava em Niassa, a falar com a população, já era Ministro nessa altura e uma das grandes queixas da população é que não havia missangas, para fazer aqueles cintos que as mulheres usam em Niassa. Quando voltei, disse: “Tragam-me lá os Boletins de Importação de missangas, do tempo colonial”. Fui olhar para esses Boletins de Importação e só havia 2 ou 3 empresas, que já não existiam que importavam missangas. O interessante... sabe donde é que vinham? Vinham da Checoslováquia, vinham dum País Socialista, no tempo colonial. Lá arranámos alguém que passou a importar, um privado. Dissemos: “Importe lá, está aqui o dinheiro, para não haver falta de missangas” porque aquilo era um problema gravíssimo em Niassa, por causa do aspecto cultural que está envolvido. Então, este tipo de coisas deixou de haver.

O balanço macroeconómico foi desfeito. Havia um certo balanço macroeconómico e um certo nível de divisas que o País recebia e essas divisas dependiam, fundamentalmente - nem sequer era das exportações - a receita número um era feita a partir das receitas dos Caminhos-de-ferro e a segunda, dos trabalhadores na África do Sul. No dia da Independência a África do Sul suspendeu o pagamento em ouro aos trabalhadores na África do Sul e cancelou o acordo de emigração. Portanto, no tempo colonial iam 300.000 pessoas por ano, para a África do Sul e deixou de haver esse acordo. O pagamento que era feito em ouro, a 33 dólares a onça e depois o Estado Português vendia a 600, 700 dólares a onça, era um subsídio da África do Sul à Economia de Moçambique, desapareceu num dia. A África do Sul construiu Richards Bay como alternativa ao Porto de Maputo e deixou de mandar a mercadoria para o Porto de Maputo. Portanto, as receitas de serviços baixaram radicalmente.

Com o Zimbabwe, por pressão das Nações Unidas em '77 fechámos as fronteiras, as receitas baixaram. Portanto, nas exportações não caiu muito de imediato. Se formos a ver os números, na agricultura, em '81 estávamos a exportar mais do que em '74. Mas, houve problemas antes de se desenvolver a guerra.

Foi tudo isso, falta de receitas, falta de conhecimento de como se importa e sem substituição, pois não havia empresas do Estado para importar. Nessa altura criou-se a ENACOMO, ao princípio, para importar a comida e outras coisas, mas era só uma empresa para alguns bens e para exportar algumas coisas, mas não havia mais nenhuma empresa do Estado. Até '80 praticamente não havia mais nenhuma empresa do Estado no Comércio. Havia empresas intervencionadas ou abandonadas, mas muitas vezes, sem ninguém para gerir aquelas empresas.

Portanto, houve um caos lógico que teve um efeito devido à partida dos empreendedores e gestores que só eram Portugueses, não havia Moçambicanos.

GDI: Porque é que as pessoas foram embora?

AS: Olhando hoje, posso ter uma visão disso. Naquele momento, não tenho dúvida, a primeira causa de se terem ido embora, foi o golpe do 7 de Setembro. Todos nós sabemos o que aconteceu, houve o golpe do 7 de Setembro, durante 2 dias, matou-se gente nos subúrbios, gente do golpe matou quase 1.000 pessoas nos subúrbios, a população reagiu, para se proteger, matou muita gente também, Portugueses que viviam naquela zona, transformou-se numa coisa branco-preto e quem veio pôr ordem foram as tropas da FRELIMO. As tropas da

FRELIMO foram enviadas de urgência de avião da Tanzania para pôr ordem, para acabar com a confusão em Maputo. É o momento em que chego aqui. Portanto o primeiro ponto foi o 7 de Setembro, que levou à fuga de metade dos Portugueses empreendedores, não tanto da Função Pública, mas dos empreendedores.

Depois, logo a seguir, há o 21 de Outubro. Um grupo de Comandos Portugueses que estava à espera de embarcar para Portugal resolveu ir à baixa de Maputo, começou a disparar e matou soldados da FRELIMO que estavam a guarnecer o jornal "Notícias". Com aquilo que tinha acontecido no 7 de Setembro, foi muito perto, criou-se um pânico, e a população da zona dos subúrbios fechou as estradas e houve mais matanças, nessa altura. Criou-se um pânico generalizado essa violência. Por isso, eu não tenho dúvidas. O 7 de Setembro teve duas consequências negativas terríveis: O abandono dos Portugueses e ao nível da FRELIMO, um certo medo que isso pudesse acontecer outra vez, o que levou a uma tensão na sociedade muito grande. Essa é a primeira razão.

A segunda, acontece mais já depois da Independência, são os funcionários públicos, começam a ter medo de que se não voltam, vão perder as suas reformas em Portugal, apesar de haver um acordo de cooperação que permitia que ficassem. Havia muita confusão em Portugal, as pessoas esquecem-se que em Portugal, nesse momento, era uma confusão completa. Portanto, isso é a segunda vaga de saídas.

Eu penso que há um terceiro efeito que são as nacionalizações dos prédios, da Saúde e da Educação que também teve um impacto negativo. Na altura, a nacionalização dos prédios, a mim pareceu-me muito lógica, porque ao fim dum ano a cidade de Maputo era uma cidade fantasma. As pessoas que habitavam a cidade de cimento eram praticamente 99,9% de origem Portuguesa. Ficou vazia. Não havia ninguém para alugar aquelas casas. Era uma situação muito esquisita, gente a viver mal nos subúrbios e uma cidade completamente vazia. Penso que isso puxou muito a essa situação, mas teve consequências, porque muitas pessoas que tinham ficado cá, que eram donos de prédios e que viviam dos rendimentos ficaram muito afectadas. Apesar de terem direito a uma espécie de pensão e eu sei, até por uma pessoa que, na altura, era ligada à família, que teve uma pensão de 30 contos pela nacionalização, por mês e não tinha nada a ver comigo, recebia porque era o processo normal.

Mas muita gente foi embora e também teve um impacto negativo uma certa radicalização que houve, em consequência. Se não tivesse havido o 7 de Setembro, penso que a transição teria sido muito mais pacífica do que foi.

Depois, é evidente, a grande pressão para a gente fechar as fronteiras com a Rodésia. Isso eu sei exactamente como é que se passou. Veio o Secretário-geral Adjunto das Nações Unidas, garantiu que seríamos compensados, mas que tínhamos de o fazer, não podíamos deixar de o fazer, tínhamos de cumprir as decisões do Conselho de Segurança, porque era uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu penso que, com uma certa ingenuidade, nós cumprimos e quem pagou a factura fomos nós. Foi Moçambique, não foram as Nações Unidas.

Portanto, tudo isso teve consequências, porque houve bombardeamentos... eu fui bombardeado em Chókwè. Estava em Chókwè quando os Mirage Rodesianos bombardearam a barragem de Macarretane... Portanto, mais um conjunto de gente, principalmente da Província de Manica, que sofreu muito com a guerra com a Rodésia. A criação, na altura, da guerrilha, utilizando, ao princípio, elementos que eram antigos Flechas, nessa altura, ainda era um braço do Exército Rodesiano. Não era oposição, era um braço do Exército Rodesiano. Desestabilizou Sofala

e Manica, Tete e o Norte de Gaza, até Chókwè. Não era todo o País, mas teve efeitos económicos, financeiros e levou mais gente ao abandono do País.

Depois, também houve muitos erros e abusos, controlavam-se coisas que não se deviam controlar, excessos dos guerrilheiros, muitas vezes, embora eu não pense que isso tenha sido o motivo principal da saída das pessoas. Pode ter contribuído também, em certo momento, mais tarde é outra história, mas naquele momento não. Se formos ver havia muitas pessoas de origem Portuguesa, Portugueses, que resolveram ficar cá. Mais tarde é que foram embora, aos poucos, foi já uma coisa devagarinho, com as dificuldades de abastecimento, com os problemas da qualidade do sistema da Educação, houve muita gente que foi saindo aos poucos mais tarde.

É preciso pensar que não havia mais de 150.000 Portugueses em Moçambique, uma parte era do Exército, foram embora com as famílias, outros eram funcionários públicos, quase todos foram embora. Ficaram alguns técnicos que nós contratámos com o Acordo de Cooperação, 3.000 a 4.000 no máximo, entre professores, técnicos dos Ministérios, etc., e o grupo do 7 de Setembro, que não eram funcionários públicos, fundamentalmente eram empresários que queriam a Independência branca, como era, nessa altura a Rodésia e que tinham muitas ligações com a África do Sul e com as forças mais retrógradas de Portugal e África do Sul.

Portanto, o 7 de Setembro é a causa número um, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, nenhuma.

GDI: Mas houve algum acordo com as Nações Unidas?

AS: Não, a decisão das Nações Unidas e com pressão Britânica é que não podia haver relações económicas com a Rodésia de tipo nenhum. No tempo colonial havia. Os Ingleses ainda bloquearam o Porto da Beira durante meses, ou anos, inspeccionavam os barcos, etc., não sei se se lembram, das fragatas Inglesas, mas quando há a Independência, a nível do Mundo sente-se que “É desta vez que vamos resolver o problema da Rodésia.” Havia a grande pressão dos Ingleses para resolver o problema e quem vem a resolver são os Moçambicanos, negociadores do Acordo de Paz para o Zimbabwe. Foi o Fernando Honwana¹⁵, o negociador principal. O Acordo de Lancaster House¹⁶ foi Moçambique que mediu o acordo. É por isso que nós somos membros da Commonwealth hoje. Foi o prémio.

GDI: Em '77 foram interrompidos o 6º e 7º ano e os jovens foram chamados para trabalhar. O que pensas sobre os resultados de isso?

AS: Só para terem uma ideia, porque as pessoas esquecem... eu andei no Liceu, na altura chamado Salazar e António Enes. Acabei em Outubro de '68 e nunca tive um colega preto, na minha classe. Nem um. Em todo o meu Liceu. Tive um colega que era o Albano Veiga, que mais tarde foi da Segurança, do SNASP [Serviço Nacional de Segurança Popular] que era misto e no primeiro dia de aulas a professora disse: “O que é que o senhor está a fazer aqui?” Era professora de Português e Francês, chumbou às duas cadeiras. Tinha vindo de Xinavane, o pai era da

¹⁵ **Fernando Honwana** (24 de Novembro de 1951-19 de Outubro de 1986) - Assistente especial do Presidente Samora Machel falecido no desastre de Mbuzini juntamente com o Presidente.

¹⁶ **Lancaster House** é um palácio de Londres situado no distrito de St. James's, no *West End* da capital britânica. Em 1979 serviu de cenário ao Acordo de *Lancaster House*, o qual consistiu no contrato de independência da Rodésia (actual Zimbabwe) em relação ao Reino Unido.

Açucareira de Xinavane. As pessoas esquecem essas coisas. Havia muita gente Moçambicana a estudar até ao nível da 6ª classe, mais não havia.

O que é que acontece? Quando se chega a '77 não temos Liceus nem temos professores. Portanto, a opção era: ou não se educam as pessoas, ou se sacrificam aqueles que tinham mais conhecimentos. Não foram só para ser professores, mas foram fundamentalmente para serem professores. Uma parte foi para a criação do Exército nacional. Havia apenas um Exército de guerrilha. Muitos foram enviados para a União Soviética para criarem a Força Aérea, a Marinha, um grande grupo onde estava o João Honwana, que mais tarde é Comandante da Força Aérea, o filho do Alcântara Santos¹⁷, foram muitos. Outros foram para professores. Isso foi uma violência para essas pessoas. É evidente que tinham planos de ser engenheiros e outras profissões... mas é preciso não esquecer, o programa era: vocês vão estudar, vão ser preparados para ser professores, têm de dar 5 anos, depois podem voltar, para continuar os vossos estudos. Era esse o compromisso. Penso que eram 5 anos.

Interromperam... eu também interrompi, eu não tinha acabado o curso quando voltei... todos que estávamos a estudar fora interrompemos e voltámos em Setembro de '74. Era o processo, nessa altura. Deixei a minha bolsa de estudos, essas coisas todas e voltei.

GDI: E porque é que voltaram?

AS: Voltámos para construir o nosso País. Disseram-nos: "São precisos". Nós eramos as pessoas com mais educação que havia, naquela altura. Qualquer pessoa com mais da 9ª classe era mais importante que uma pessoa com o doutoramento, hoje, porque não havia. A maior parte dos Directores na altura não tinham curso superior. Eu quando fiquei Ministro em 1980, no meu Ministério havia 4 pessoas com curso superior, incluindo eu... e eu não tinha acabado o curso, era a Isabel Munguambe, uma das quais até era Portuguesa, que era a Elsa Paixão e o João Mendes, mais ninguém... isso era um Ministério inteiro.

Mas voltando um pouco à falta de comida... Em '77 no fim da Comissão Nacional de Abastecimento dá-se conta que tem de haver uma nova forma de organizar. Quando fui nomeado Ministro, em Abril de 1980, depois da Ofensiva Política e Organizacional que Samora desencadeou em finais de '79, em que ele vai visitar as fábricas, para perceber por que é que não há coisas. As coisas estavam paradas no Porto, as empresas que importavam tinham desaparecido e as coisas ainda estavam lá no Porto.

Nós tínhamos que criar uma nova Economia e tínhamos que ter técnicos a funcionar. Então há a grande remodelação ministerial em 1980 em que são apontados muitos Ministros com base na sua competência técnica. A minha era limitada também, eu fui nomeado Ministro tinha 28 anos, não sabia nada... chorei... naquela altura chorava-se quando se ficava Ministro, não se ficava contente. Era uma responsabilidade, não era um benefício.

O Presidente Samora chamou-me em 1980... - eu vou dizer isto porque ninguém fala disto na História, aliás, deturpa-se na História - e deu-me 3 tarefas, nunca me vou esquecer disto: "Aranda, há 3 coisas que eu quero que tu resolvas. Primeiro, acabar com as bichas. Arranja-me lá um mecanismo qualquer. Segundo, vender as Lojas do

¹⁷ Luís Maria Alcântara Santos, engenheiro, ocupou vários cargos técnicos e políticos no País, destacando-se na construção da linha férrea de Limpopo e como Ministro dos Transportes e Comunicações tendo falecido no acidente aéreo que também vitimou o primeiro Presidente Moçambicano, Samora Machel, a 19 de Outubro de 1987, em Mbuzini, na África do Sul.

Povo, não é tarefa do Estado andar a vender agulhas... - faz um grande discurso sobre isso nessa altura, muito claro - Isso é tarefa dos privados." Mas vender a quem? Porque não há nenhum Moçambicano com Capital naquela altura para comprar as lojas. Mas ele deu-me instruções precisas: "Tenta lá vender de modo que não fiquem só os comerciantes - que ficaram, principalmente indianos, na altura - donos de tudo." Nós fizemos um processo, demorou tempo, demorou um ano e meio ou dois a completar, mas as lojas foram todas vendidas. Em 1982 não havia Lojas do Povo, nenhuma, no País. Mas não é essa a ideia que anda na cabeça das pessoas. Foi tudo vendido ao privado, por indicações do Presidente Samora. Terceiro: "Apoiar os comerciantes para reiniciar o processo de comercialização agrícola". O processo de comercialização agrícola sofreu muito com o abandono das lojas. "Portanto, é preciso reconstruir a estrutura comercial, a venda das lojas e ao mesmo tempo, apoiar essa gente" e criaram-se grandes programas com o apoio da Cooperação Francesa, na altura, fundamentalmente dos Países Nórdicos, Suécia, Dinamarca e da Holanda. Compraram-se muitos camiões, que eram vendidos a preços muito competitivos e a crédito aos comerciantes, para eles poderem fazer os seus negócios.

Mas, o primeiro ponto que era acabar com as bichas era um ponto muito complicado, porque a questão de fundo de haver bichas é que a procura era muito maior que a oferta. É um problema de procura e oferta. Se a procura de arroz é 50.000 toneladas, em Maputo, por ano - não era tanto... agora já é mais, mas naquela altura não era tanto - e a oferta é 10.000 é evidente que o que vai acontecer é que vai haver a chamada candonga, vão-se vender na "porta do cavalo" e o preço era fixo. Os comerciantes ganhavam dinheiro, mas se pudesse vender por 3 vezes mais ...

Os preços já eram fixos no tempo colonial, não foi o novo Governo Moçambicano que fixou os preços, os preços de quase 70 produtos eram fixos no tempo colonial. Os outros tinham o Decreto 7/53 que fixava o processo de margem. Portanto, se desaparece o equilíbrio entre a oferta e a procura é evidente que os produtos desaparecem. Quem tem mais poder de compra, pode comprar mais caro e quem não tem poder de compra, não pode comprar. Portanto, o Povo formava bicha à frente duma loja, sem saber o que estava na loja, bichas de quilómetros, começavam às 6 da noite e iam para o dia seguinte. O Presidente Samora disse-me: "Eu não quero ver bichas dessas, uma pessoa fica na bicha toda a noite, a dormir na rua, para depois não saber o que é que tem e quando chega ao fim, às vezes, não tem nada. Então arranja-me um sistema".

Não foi fácil. Começámos a pensar nisso e chegámos à conclusão que sem alterar a relação da oferta e a procura, que se desequilibrou porque houve aumento de salários e baixou a oferta, pois naqueles primeiros anos da Independência houve aumentos nos salários significativos. Portanto, aumenta a procura, as pessoas estavam a viver melhor, em termos de salários, mas a oferta baixou.

Então, só havia uma maneira do pouco dos bens essenciais que existia poder chegar a todos, que é o racionamento e eu fui estudar o racionamento na Inglaterra, na II Guerra Mundial e em vários sítios do Mundo. Nada disso dava para aqui, porque era muito complexo. Eram racionamentos nacionais, com sistemas para os quais nós não tínhamos estrutura, nem capacidade, para fazer. Eu disse ao Presidente: "Eu vou acabar com as bichas em Maputo, no resto do País o fluxo do campo para a cidade ainda ajuda e não havia esse problema de grandes bichas, era só em Maputo".

O único sistema que encontrámos foi um sistema que nós inventámos, em que toda a gente da cidade foi recenseada, usámos os estudantes da Universidade, fizemos um recenseamento muito rápido, muito bem feito, das

lojas e das pessoas, das famílias. Na altura não havia computadores, só aqueles *mainframes* da IBM maiores do que esta casa, mas estava lá e fomos lá ver o que podíamos fazer e dava... pusemos toda a gente naquele *mainframe*.

Então, criou-se uma empresa estatal para centralizar estes produtos num único sítio, um grossista, porque era a única forma e toda a distribuição era feita - não era feita por Lojas do Povo - por cooperativas e privados. Eram 600 lojas, das quais umas 80 eram cooperativas, o resto eram lojas privadas. As pessoas foram alocadas a uma loja, onde podiam ir e tinham lá os produtos, mensalmente.

Ainda me lembro como começou, houve uma grande reacção, não tanto até das lojas, não tivemos nenhum problema com os privados durante todos os anos em que aquilo vigorou. O sector privado cumpriu aquelas regras, pois para eles era bom, muitos melhoraram o negócio, porque passaram a ter um negócio fixo. Depois podiam fazer outras coisas livremente, mas aqueles produtos tinham de vender àquelas pessoas mediante o cartão e desapareceu muita a candonga desses produtos, da venda a preços muito elevados.

Era feito na base do que existia. No mês anterior a gente sabia o que é que tinha, por isso é que precisava dum armazém, porque não era fixo e na base do que havia, a gente dizia: "No próximo mês há 5kg de arroz, 3 kg de farinha, 2 kg de açúcar, por pessoa, meio litro de..." dependia, de cada mês e era dentro duma certa variação, a gente também não distribuía a mais quando tinha muito, porque no outro mês podia não ter nada. Pouco a pouco desapareceram as bichas. Aí esses produtos estabilizaram. Havia ainda, a venda de produtos pela "porta do cavalo" a preços mais altos, de outras coisas, porque o racionamento nunca atingiu produtos perecíveis, a não ser o peixe, era o único, porque era congelado e as lojas todas tinham sistemas de frigorífico, foi um dos critérios da escolha das lojas, porque eram 600.

Mas era um sistema provisório. Eu posso dizer que mais tarde, quando abrimos as negociações com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para o Programa de Ajustamento Económico, ainda no tempo do Presidente Samora... - isto é outra coisa que as pessoas também não sabem, quem decidiu fazer o Programa de Ajustamento Económico ainda foi o Presidente Samora antes de morrer, foi ele que aprovou, numa reunião do Bureau Político, em que houve votação e o voto dele foi decisivo na aprovação. Facilitou a vida ao Presidente Chissano que veio a seguir, porque pôde fazer sem precisar de discutir com muita gente, dentro do Partido já estava feito. Em 1984, quando começaram estas negociações eu lembro-me, quando chegámos aos primeiros acordos, o FMI e o Banco Mundial tinham as suas condições para o primeiro empréstimo a Moçambique e uma das condições do Banco Mundial era alargar o sistema de racionamento à Beira e Nampula, porque era um sistema bom de protecção social, como eles diziam. Eles tinham tido muitos problemas noutros países, onde havia Programa de Ajustamento, havia *riots* [tumultos], havia distúrbios, porque subiam os preços. Eles queriam e nós não queríamos, queríamos acabar com ele.

Outro problema de dúvida foi o problema da desvalorização. Eles queriam que a gente desvalorizasse lentamente, todos os meses, 10/20% por mês, durante não sei quantos anos e a gente disse: "Não, não, a gente vai fazer tudo duma vez". Porque quando se faz duma vez sobem-se os salários e faz-se a desvalorização. Nós tínhamos estudado qual era o peso da Economia no mercado fora dos preços legais e chegámos à conclusão que se desvalorizássemos 1000% e subíssemos os salários 400% havia um equilíbrio entre a oferta e a procura.

Também usámos o dinheiro do Banco Mundial para aumentar a oferta. Era a combinação dessas 3 coisas. Foi feito dessa maneira e não houve distúrbios nenhuns. Porquê? Porque passado algum tempo as pessoas começaram a ver tudo a aparecer nas lojas, só que deixaram de poder comprar, muitas delas. Aliás, o novo sistema ainda se manteve 1 ano para se fazer a transição e depois desapareceu normalmente. Hoje é uma situação diferente.

Portanto, as coisas têm História, têm os seus momentos, têm a sua História e aquilo que aconteceu... se hoje me perguntassem: "Teria feito..." Olha, se eu fosse fazer tudo hoje outra vez, muitas coisas teríamos de ter feito, mas algumas coisas, não teria feito. Por exemplo, a FRELIMO devia ter feito, se calhar, eleições em '75, porque ganhava com 95%, não havia discussão nenhuma sobre isso e eu não tenho dúvida que tinha 95% nessa altura, mais de 90%. Quem viveu esses momentos sabe que é assim. É um pouco como o ANC a seguir ao Mandela... e é diferente porque lá havia um grupo muito maior em termos de população que se opunha... aqui não, o Povo estava todo com a FRELIMO. Podiam ter feito eleições, ganhava, e tinham legitimado o poder.

Mas não sei se depois teria sido diferente, porque o problema grande é que naquela altura o Mundo Ocidental, com algumas excepções privilegiava o *apartheid* em relação aos países independentes. Não há dúvida nenhuma, com excepção dos Países Nórdicos, da Holanda, da Itália, por razões históricas. Estamos em plena Guerra Fria¹⁸, em '75 e temos também o azar que a Independência é no ano em que o Vietname caiu e os Americanos saem do Vietname, é um ano terrível na Guerra Fria, não há sanções ao *apartheid* nessa altura. Os Estados Unidos e outros países estavam ligados ao *apartheid* directamente, a maior parte dos países da Europa, a Alemanha e outros, com relações económicas, militares, fornecimento de submarinos, a França com os *Mirages*, etc. A África do Sul ainda é legal, só mais tarde é que começa a haver políticas anti-*apartheid* nesses países. Mas nunca fizeram sanções, verdadeiramente, ao *apartheid*.

Eu lembro-me que um dia estava com membros do Parlamento Europeu e queriam-me convencer que a Europa estava a fazer sanções ao *apartheid* e eu disse: "Se querem-me convencer que querem fazer sanções, façam sanções a 2 produtos, tudo o resto podem não fazer, às exportações agrícolas e às exportações de carvão. Se fizerem isso, estão a fazer sanções ao *apartheid*." Mas nisso nunca foi tocado. Só tocavam nas sanções à exportação de ouro. Qual era a vantagem?

GDI: O que pensa que levou os jovens naquela altura a abandonar tudo, os estudos, a família, para trabalhar para o País? Foi certo, foi errado?

AS: Pois, muitos jovens largaram os seus estudos, por várias razões. A razão principal porque as pessoas aderiram: Nós acreditávamos que íamos construir uma Pátria perfeita. É um bocado idealismo também, de juventude, mas muitos desses jovens e este grupo que muitas vezes é esquecido, na História de Moçambique quase que desaparece, quando agora se está a escrever História.

Fala-se da Geração 8 de Março, foram sacrificados, mas a verdadeira geração sacrificada foi a geração que combateu na Luta Armada de Libertação Nacional, que não acabou os seus estudos e foi combater, falamos do João

¹⁸ **Guerra Fria** é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

Honwana, não porque é meu amigo, mas são centenas deles, que interromperam os seus estudos, ou na 5ª. Classe ou na 6ª. Classe... Podemos ir a vários dos dirigentes, nenhum deles acabou os estudos, mas muitos já estavam na Universidade quando foram para a FRELIMO, basta olhar para todos os Presidentes que tivemos, todos eles estavam a estudar quando fugiram. Podiam ter tido uma vida fácil, acabado os seus estudos, ser médicos, liberais... Não, foram. Essa geração é que foi a base da construção do Estado Moçambicano a seguir à Independência, nas áreas de Defesa, de Segurança e mesmo da Administração Territorial.

Mas há uma outra geração que eram os estudantes da Universidade Eduardo Mondlane, patriotas que ficaram Moçambicanos, muitos eram de origem Portuguesa, nem todos, havia de todos os tipos lá, mas a maior parte eram - os 800 que ficaram, dos 3.000 - muitos interromperam os seus estudos para irem assumir lugares de responsabilidade no Estado. Os estudantes que estavam a estudar fora, da FRELIMO, ou simpatizantes da FRELIMO, que estavam a estudar em Portugal, ou em França, como eu, ou na Alemanha e noutros países, também interromperam para vir para cá. Tudo veio, porque era preciso, não havia ninguém. Mesmo esses não estavam qualificados para as funções que foram fazer, mas é essa que foi a base da sobrevivência e da construção do Estado Moçambicano.

É um conjunto: O grupo da Libertação Nacional que também assumiu funções no Estado, principalmente de chefia e funções políticas a nível de Administrador de Distrito, de Governadores de Província, em muitos sítios e na Defesa e Segurança. Foi a base desse grupo e os estudantes da Universidade Eduardo Mondlane engajados, patriotas e que sentiram que íamos fazer um País Novo, mais perfeito, sem grandes desigualdades sociais, em que todo o mundo teria o seu papel neste País. A gente esquece-se muitas das coisas. Hoje temos tendência, por causa das coisas mal que vão por aí, de esquecer as coisas boas que aconteceram. As pessoas esquecem-se que, por exemplo, até '86 a corrupção neste País era muito limitada. Eu até posso dizer onde é que havia uns bocaditos, mas muito limitada. É um País que não foi corrupto, a todos os níveis desde Presidente até baixo, desde o condutor, até ao funcionário público, entre '75 e '86. Por isso, apesar de estarmos a querer fazer um Estado Socialista, muitos países não Socialistas nos apoiavam, porque tinham respeito por isso. Tínhamos uma ajuda internacional muito grande, porque havia muito respeito por isso.

Foi um País que massificou a Educação, apesar de ter perdido 90% dos professores, das Escolas Secundárias. As pessoas esquecem, não só havia poucas escolas, não só havia poucos professores, como esses professores não eram Moçambicanos. Muito poucos eram Moçambicanos. Talvez 10% e se calhar 10% é muito. Nas Escolas Secundárias, não estou a falar da Universidade, porque na Universidade então, houve alguns, pessoas de origem Portuguesa, mas que se sentiam Moçambicanos que ficaram, são Moçambicanos, estão aqui, neste País até hoje e ficaram como professores. Houve Directores de Faculdade com 28 anos, com 30 anos, que assumiram aquelas funções.

Eu fui Ministro aos 28 anos, o que sabia, aprendi na prática, geri essa situação, como muita gente. Mas sem isso, teria sido um caos, muito maior. Esta geração foi muito sacrificada. Alguns até já tinham um curso e podiam ter ido embora, sem problema nenhum. Outros estavam a acabar os cursos com mais um ano ou dois acabavam, mas essa gente teve um sentido de Nação, um sentido de Pátria, um sentido, fundamentalmente, de querer construir uma Sociedade Nova, diferente. Muitos de nós acreditámos nisso e acreditámos com profundidade. Nós daríamos a vida, não tenho dúvida nenhuma. Muitos de nós se houvesse uma menção que era preciso dar a vida, dávamos a vida e muitos deram, não se esqueçam. Muitos deram. A gente esquece, muitos deram.

GDI: Sabendo-se que a gestão do País, em termos concretos, estava dependente de pessoas, que na maior parte não iam ficar Moçambicanos, não acha que houve um bocado de utopia, no sentido da definição dos primeiros objectivos? Por exemplo, logo 4 anos depois, no Zimbabwe já é um modelo, digamos, mais moderado.

AS: Não, sem dúvida. Mas como já expliquei antes, parte dessa utopia foi pressionada por factos exteriores nessa questão de gestão: As nacionalizações em Portugal, o abandono maciço das empresas depois do 7 de Setembro - 80% das empresas abandonadas é a seguir ao 7 de Setembro, em particular pequenas empresas, mas que tinham um papel fundamental na sociedade, no comércio, na importação, na exportação de pequenas coisas, foi o grosso. De certo modo, o 7 de Setembro, na minha opinião, foi criado, foi fomentado, para criar esse caos. Mas, há coisas que fomos nós que fizemos, eu também disse, por exemplo, as nacionalizações, mais tarde, tiveram um efeito de tirar mais gente para fora, principalmente a dos prédios.

As outras nacionalizações tinham um objectivo diferente, que era utilizar os recursos duma forma a que não fosse só para uma minoria, mas que fosse para uma maior parte da população, o caso da Educação, da Saúde. A nacionalização das Funerárias é um problema cultural, pois alguns eram enterrados na vala comum, mas era um problema pequeno. Na Educação e Saúde foi um pouco para expandir a Educação e a Saúde e de pôr esses recursos à disposição. Também teve efeitos negativos, mas talvez tivesse de ser feita.

A dos prédios é que talvez tenha sido precipitada, porque muitas dessas pessoas que estavam cá e que eram empreendedoras, se não tivessem perdido tudo, talvez ficassem. Podia ter-se nacionalizado as casas abandonadas, os prédios, ou os apartamentos abandonados, de pessoas que tinham fugido, mas não das que estavam cá. Era gente que podia continuar a investir. Nessa altura o retorno da construção não dava muito rendimento, porque não havia pessoas para ocupar as casas. Mas, eram empreendedores... Portanto, aí foi precipitado, por termos uma cidade fantasma durante um ano, vazia. Estava uma cidade completamente vazia.

Mesmo depois das nacionalizações, demoraram anos a ocuparem-se essas casas. Lembro-me que a gente ia ao APIE [Administração do Parque Imobiliário do Estado], eles davam-nos uma caixa de sapatos com chaves, podíamos ir a qualquer casa escolher a casa que queríamos, uma casa com piscina... porque não havia ninguém que queria. Mesmo com a nacionalização, mesmo com os preços de aluguer baixos, o poder de compra não permitia às pessoas ocupar essas casas.

Mas teve um impacto negativo, porque muita dessa gente eram empresários também, podiam ter ficado. Já chegava o que tínhamos na mão, que era muito. As pessoas esquecem-se que as nacionalizações em Portugal, nacionalizaram 80% da Economia Portuguesa e 70% da nossa Economia aqui, da Banca, Seguros, Finanças, Cimentos, foi tudo nacionalizado em Portugal e foi-nos tudo entregue. Ficámos com aquilo na mão.

A Economia tinha muito de Estatal também no tempo colonial, como tinha o *apartheid* na África do Sul e ainda tem até hoje. A África do Sul tem muito de Estatal, que vem do tempo do *apartheid*. A importação de cereais era o Instituto de Cereais, havia muito de Estatal na Economia colonial, os Caminhos-de-Ferro que era um peso enorme na Economia, portanto, em termos de peso no Produto Nacional Bruto e de emprego, 30.000 pessoas. Portanto, os Portos e Caminhos-de-Ferro. Os transportes, os machimbombos e de carga, os Caminhos-de-Ferro tinham um peso muito importante nas zonas onde os privados não eram fortes.

Portanto, ficámos na mão de poucas pessoas e esse grupo que abandonou os estudos foi um grupo que sacrificou também a sua vida porque acreditava que o nosso País, um dia, havia de ser grande, que o nosso País, um dia

havia de ser mais equilibrado, mais rico, em que toda a gente teria oportunidade e há muita coisa que aconteceu, apesar de tudo. Eu quando hoje olho para o nosso País, não acho que estejamos pior que no momento da Independência, de maneira nenhuma. Estamos muito melhor. Não ver isso, é não ver os aspectos positivos. Temos muitos problemas, muitos que são nossa culpa: A qualidade do nosso sistema de Educação é fraca, a corrupção endémica que existe em todo o lado é um obstáculo ao desenvolvimento. Temos muitos problemas que ainda existem e são novos, não eram tanto do nosso tempo, mas que se criaram como um processo.

Hoje olho para isto quase como um processo histórico, porque eu também trabalhei em Angola com as Nações Unidas que era muito pior do que aqui e Angola hoje está muito melhor do que nós, porque já ficaram ricos e agora querem proteger a riqueza e já querem mais Lei, mais Ordem, mais Justiça. Mas é um processo histórico que não justifica essas coisas. Talvez pudéssemos ter feito nós próprios esse processo histórico, ter estimulada a criação de capital nacional mais e com mais capital nacional aquele regime naquele tempo teria sido muito positivo, mas não se pensava assim, pensava-se mais de outra maneira. É preciso pensar que nessa altura em termos mundiais ou eras dum lado, ou eras doutro, não havia meio-termo e isso era um problema muito forte. O meio-termo eram os Nórdicos e era um problema muito complexo para replicar com o *apartheid* aqui ao lado.

GDI: Há alguma coisa que leva a pensar se valeu ou não a pena os sacrifícios feitos na época da Independência?

AS: Há uma resposta individual e uma colectiva. Individualmente, não tenho dúvida, faria as mesmas coisas. Acho que teria dado a minha vida. Não me arrependo nada disso, poderia ter tido uma vida diferente, mas não me arrependo nada. Aprendi muito nesse processo. Eu sou o que sou hoje porque passei por essa história. Tenho essa história.

Em termos colectivos eu acho que valeu a pena, mas se me perguntarem se havia coisas diferentes que teria feito, sim, ou que teria defendido, sim! É muito mais fácil ver a História depois de ela passar. Eu penso que devíamos ter feito eleições, como eu disse, em '75, para tirar essa ideia de que a FRELIMO não foi eleita. Tinha ganho com 90/95%. Não devíamos ter nacionalizado os prédios, só dos proprietários ausentes e muito menos dos Moçambicanos. Primeiro, dos proprietários ausentes, segundo, talvez dos estrangeiros, mas eu penso que nem isso, porque essa gente estava cá e enquanto fosse residente não devíamos fazer isso.

Talvez essas próprias eleições pudessem se realizar noutros momentos para manter clara indicação de que era um Partido com apoio popular. As pessoas esquecem que nas primeiras eleições livres que foram fundamentalmente organizadas pelas Nações Unidas, não houve muita fraude, nas primeiras eleições¹⁹, a FRELIMO teve a maioria absoluta. As pessoas esquecem-se disso, que nas eleições que as Nações Unidas organizaram ninguém, nem a RENAMO, disse que houve fraude. Portanto, até àquele momento, em '94, o Povo apoiava a FRELIMO, é preciso não esquecer disso. Hoje as coisas são diferentes, mas naquele momento, ninguém pode questionar que em '94 a FRELIMO ganha as eleições livres e ninguém questionou que fossem livres.

¹⁹ As Eleições Gerais de 1994 foram as primeiras eleições multipartidárias realizadas em Moçambique. Aconteceram entre 27 e 29 de Outubro de 1994. Um total de 6.148.842 eleitores foi recenseado e destes votaram 87,9% votaram. Como resultado, o Presidente Joaquim Chissano (e presidente do partido FRELIMO) foi eleito com 53,3% dos votos, o dirigente do partido RENAMO, Afonso Dhlakama com 33,7% e 13% foram divididos entre os restantes 10 candidatos. Nas eleições legislativas, o partido FRELIMO conseguiu a maioria absoluta dos membros (129 entre 250) com 44,3% dos votos. A RENAMO conseguiu 112 lugares com 37,8% dos votos e o único outro partido representado foi a União Democrática com 9 lugares.

GDI: Naquela época, além do conflito político há um conflito geracional, nos fins dos anos 50, princípios dos anos 60, que, de facto, começa a pôr em causa uma série de valores e obviamente que o fascismo/colonialismo era um valor retrogrado. Foi a geração de Maio de '68. Do ponto de vista geracional como se pode caracterizar esse conflito?

AS: Muitos de nós, do ponto de vista de geração que se engajou na pós-Independência e que fez sacrifícios enormes que já tinha estudado, ou que estava a estudar e que dedicou tudo, é um pouco nesse contexto também. Essa é a geração que modificou o Mundo. É preciso não esquecer, não foi só aqui em Moçambique. Aqui porque havia colonialismo e era evidente que era um sistema opressor, as pessoas não podem nunca esquecer que foi um sistema opressor. Não quer dizer que não fez infra-estruturas boas, etc., mas, que era um sistema opressor não há dúvida.

Eu vi coisas muito tristes neste País, no tempo colonial. Portanto, essa geração é uma geração que tem Revolução em todo o Mundo. Tem revolução em França - é o Maio de '68 - revolução pela igualdade da mulher, pela liberdade de comportamento, contra valores retrógrados do abuso do Capital sobre as pessoas, em termos de o Capital comandar tudo, pelos valores dos sistemas sociais que se queria, ou seja, Educação para todos, Saúde para todos. É a geração que fez a mudança, não só aqui, a geração que fez a mudança na Inglaterra. Mesmo nos Estados Unidos, é a geração que parou a Guerra do Vietname, onde os Americanos foram derrotados militarmente, mas contribuiu muito para essa derrota o facto do povo Americano e os jovens, particularmente, estarem contra aquela guerra, que levou 1 milhão de Americanos a saírem do seu País, para não fazerem a guerra.

É a geração que lutou contra o fascismo em Portugal, em Espanha e na Grécia, onde 200 estudantes foram mortos a tiro, na Grécia, dentro da Universidade. Em Espanha, milhares de pessoas foram mortas. Em Portugal centenas de pessoas foram mortas nas cadeias Portuguesas, é a geração também que faz a Revolução dos Cravos em Portugal, no 25 de Abril. Aqui em Moçambique, é a geração que acha que agora vamos fazer o nosso País, agora vamos construir um País com mais riqueza, com mais Educação, com mais Saúde, menos desigual. É um bocado idealista, mas é uma geração que acreditava em tudo isso e com mais liberdade. É bom não esquecer, com mais liberdade, porque era um factor central, também.

Mas ficou uma geração muito séria aqui, porque os problemas do país eram tão sérios, que essa geração se concentrou nesses problemas principais. Reconhecia que não havia mais ninguém para fazer coisas e com muita humildade, quando era pedido, aceitava fazer coisas, sabia que não estava preparada, mas compreendia. É a geração que em '75 trabalhava todo o dia, que não passou férias durante 7 anos, até começarem a cair aos bocados, para o lado, e o Presidente Samora a dizer: "Não. É obrigatório as férias" Porque trabalhava de dia e à noite ia dar alfabetização. Marido e mulher viam-se às 11 horas da noite e no fim-de-semana. Os jovens de hoje não percebem isso, acabaram-se os *parties*, não havia farra, era trabalho.

Mas não quer dizer que não era uma geração que não gostava de *parties*, aliás é essa geração que tem esse sentimento, de liberdade e mais, virou essa reacção para um aspecto positivo, que era construir um País novo e dedicou-se como se dedicou. Portanto, é uma geração muito especial, tem muito valor e inclui, na minha opinião, a geração da luta de libertação nacional, que a gente não pode desvalorizar essa geração só porque há uns e outros que não se portaram bem depois, essa geração é a mais sacrificada e no momento da Independência, além dessa que já se sacrificava há uns anos e continuou é a geração que vem a seguir e que foi chamada a cumprir outras tarefas, sem dúvida nenhuma.

GDI: Digamos que então, há um certo sentimento diria de desilusão, porque as coisas não estavam tão bem quanto se imaginava que podiam estar, misturado com algum desapontamento pessoal. Imagino que essa geração quando chega aos 35 anos, passados 10 anos começa a olhar mais para dentro e deixa de olhar para o colectivo. Demarcase, na minha opinião e queria ouvir a sua, há o grupo que abandona e o grupo que fica, adaptando-se, à nova realidade.

AS: Pois, há um momento em que as pessoas casam-se, têm filhos e tem obrigações familiares. Eu digo, francamente, muitos dessa geração, quando chegam aos 38/40 anos têm o problema dos filhos serem educados, começam-se a preocupar também com eles um pouco. Há 3 respostas a isso.

Há uns que vão embora, emigram por muitos anos e depois às vezes voltam ou não voltam. Há outros que, com a abertura económica foram fazer negócios, para ficar ricos – nem todos os negócios são ilegais, há muitos negócios bons neste País – é gente que respeito muito, que ficou rica da forma correcta, porque trabalhou, criou uma empresa, começou de pequenino e cresceu... eu tenho muito respeito por essas pessoas. Não é o meu caso, eu procurei uma solução nas Nações Unidas, para poder educar os meus filhos também, fundamentalmente, mas também porque era muito difícil para mim ver o que estava a chegar, porque eu percebi o que é que se ia passar.

A geração que veio depois de nós, nem toda a gente é má, há gente muito boa nessa geração. Quem me substituiu como Ministro é uma pessoa que fez um trabalho bom, depois o Balói²⁰ a seguir também. É gente que eu tenho um grande respeito e que tinha capacidade, tinha experiência, é um pouco a geração de alguns do 8 de Março²¹ que vem a seguir. Quem me substituiu nem sequer é do 8 de Março, o Daniel Tembe²² Depois as coisas começam a degradar-se um pouco.

O problema é que os valores da sociedade mudaram. Enquanto os valores da sociedade de '75 até '86 eram: Quem é respeitado é quem serve a sociedade, hoje é respeitado quem tem mais dinheiro. O maior valor duma pessoa é pelo dinheiro, não é pelo que faz. Quando esses valores mudam, então é natural que as pessoas procurem ser respeitadas através desses valores. Não sou contra as pessoas que têm mais dinheiro, mas penso que não deve ser a única forma de valorizar as pessoas. Eu acho que os professores têm de ser muito respeitados, os médicos têm de ser muito respeitados, os enfermeiros têm de ser muito respeitados... a sociedade ela própria individualmente tem, mas como grupo deixou de dar valor a essas pessoas.

Muitas vezes uma pessoa se não faz uma coisa incorrecta que lhe dá oportunidade de ganhar muito dinheiro é porque é burro, não é porque eticamente ele está bem. Quando esses valores ficam assim, então os valores da sociedade mudam e haverá uma correcção natural com o tempo. Eu tenho esperança, eu acredito muito que o País ainda vai melhorar muito com o tempo, pode ainda piorar, mas vai melhorar.

²⁰ **Oldemiro Júlio Marques Balói** (Maputo, 9 de Abril de 1955) é uma figura política moçambicana que serviu no Governo de Moçambique como Vice-Ministro da Cooperação no início dos anos 90, depois como Ministro da Indústria, Comércio e Turismo de 1994 a 1999. Posteriormente foi membro do Conselho de Administração e do Conselho Executivo no Millennium-BIM (Banco Internacional de Moçambique). Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de 2008 a 2017

²¹ **8 de Março de 1977** – Nesta data o Presidente Samora Machel num comício no Pavilhão do Maxaquene anunciou a suspensão da 10ª e 11ª classes e os cerca de 600 estudantes foram chamados a desempenhar várias tarefas entre elas no domínio da Educação. Estes jovens, na altura, têm sido reconhecidos actualmente, como Geração da Independência.

²² **Daniel Filipe Gabriel Tembe** (Maputo, 4 de Agosto de 1952), economista, foi Vice - Ministro do Comércio Externo entre 1983/86, Vice Ministro do Comércio entre 1986/89 e Ministro do Comércio entre 1989/94. De 1995/2001 foi Administrador no Banco Africano de Desenvolvimento em Abidjan. Foi Presidente do Conselho de Administração do IGEPE (Instituto de Gestão das Participações do Estado) de 2002/10 e ao mesmo tempo era administrador não executivo do African Bank Investments (2001/08)

GDI: Por circunstâncias históricas, mas eu acho que também por uma posição do Partido FRELIMO na Independência e Samora Machel em particular nesse aspecto, há uma Nação multicolorida que rompe com um sistema que era discriminatório em termos sociais. Um outro problema que mais tarde se verifica também é a questão das regiões, começa-se a marcar muito porque aquele tem de ir para o Governo porque é Macua, tem de ir porque é Maconde, etc., enquanto que naquela altura esse problema, simplesmente, não se punha. Gostava de ouvir a sua opinião sobre isto.

AS: A política multirracial da FRELIMO e que o Presidente Samora mantinha tão forte que mesmo quando, às vezes, pensávamos que estávamos a fazer uma coisa para não apoiar o racismo, ele dizia: “O que vocês estão a fazer é racista porque ao fazerem essa coisa estão a ser racistas...” Era uma pessoa muito especial nisso, no anti-racismo. Estava intrínseco nele. Era uma coisa que ele tinha compreendido na profundidade. Na minha opinião, muito mais profundamente do que na África do Sul. Era um anti-racismo puro. Eu podia contar histórias. Tenho várias histórias dele nessa área, fantásticas.

Mesmo o processo de integrar os antigos colaboradores do fascismo, Moçambicanos que colaboraram com o fascismo, também era um processo que parecido com o *Truth and Reconciliation Commission*²³ só que não teve o mesmo impacto, em termos globais, em parte, porque é feito num momento em que a guerra civil já se está a desenvolver, que, na minha opinião, é uma guerra de agressão do *apartheid* contra Moçambique, durante muitos anos e que se transforma em guerra civil mais tarde.

O problema do regionalismo era combatido fortemente. Eu penso que também fizemos alguns erros nisso, não na política que se seguia, que era não olhar para as regiões na nomeação das pessoas, mas sim para quem era mais competente para fazer o lugar. Mas devia-se ter feito um esforço especial de puxar os níveis de educação... estava muita coisa centralizada em Maputo, por exemplo a Universidade, só havia uma, mas por um lado era necessário, nem para essa havia professores para ela, não havia outra possibilidade. Mas devia-se ter dado mais atenção a bolsas de estudo para estudantes virem das Províncias fazer os cursos cá, porque para uma pessoa que está em Maputo é muito mais fácil ir para a Universidade, ou de Gaza ou de Inhambane mesmo, têm família em Maputo, etc.

Portanto, esse tipo de correcções penso que podíamos ter feito mais para impedir o aumento desse desequilíbrio. Eu até hoje defendo, que não podemos ter um País em que os enfermeiros, os professores têm de ser do distrito donde nasceram... não tem sentido isso. Isso vai criar grandes problemas em tempos futuros. Eu trabalhei 23 anos, fundamentalmente em África, noutros países, com as Nações Unidas e sei o que isso é, muito bem, quando se não tem cuidado com isso, com balancear o regionalismo, mas da forma correcta. A descentralização é necessária, mas a descentralização com competências. Não é descentralização por razões políticas, porque isso pode ser um caos, levar ao fim de Moçambique, enquanto Estado e Nação, não tenho dúvidas. Portanto, essas coisas têm de ser pensadas.

Eu penso que o combate ao regionalismo era feito de tal maneira para que não houvesse diferença entre quem é de Gaza, quem é de Manica, quem é de Cabo Delgado... somos todos iguais, era esse o objectivo. Isso deve-se fazer, deve-se manter dessa maneira e ninguém deve ser nomeado nessa base, na minha opinião. Os desequilíbrios não

²³ *Truth and Reconciliation Commission* (Comissão de Verdade e Reconciliação) foi um órgão de justiça restaurativa semelhante a um tribunal reunido na África do Sul após a abolição do *apartheid* em 1994. Testemunhas que foram identificadas como vítimas de graves violações de direitos humanos foram convidadas a dar declarações sobre as suas experiências, e algumas foram seleccionadas para audiências públicas. Os perpetradores da violência também podiam dar testemunho e pedir amnistia tanto da acusação civil quanto da criminal.

devem ser matemáticos, devem ser equilíbrios reais, em termos de investimento, em termos de desenvolvimento de sistemas de Educação e de Saúde, para que não haja desequilíbrio em termos reais, em termos de sistemas de Educação, de Saúde, em Niassa ou em Maputo. Algumas coisas tem de ser centralizadas porque são nacionais, sei lá... uma escola de Embaixadores, como nós temos a Escola de Relações Internacionais, não vamos fazer uma Escola de Relações Internacionais em cada Província, embora essa escola pudesse não estar em Maputo, mas é muito mais fácil estar em Maputo, pela natureza da Escola.

Portanto, é preciso ter cuidado com essas coisas. Quando formámos a Polícia – contei esta história noutra pergunta – quando formámos a Polícia, a preocupação da FRELIMO foi “que venham 10 jovens de cada Distrito, para que a Polícia seja uma Polícia nacional” e vieram, 10 jovens de cada Distrito, para o primeiro curso, todos com a 6ª classe, o que era muito raro... portanto, foi uma parte da elite que veio, mas vieram de todos os distritos. O objectivo foi: Não podem ser 500 duma Província e 10 doutra. Mas isso, na formação, não depois na colocação. Não foi o de Nampula que vai para Nampula, não foi o da Zambézia que vai para a Zambézia, nem pensar. Foi tudo misturado para que eles próprios tivessem unidade dentro do grupo. Esse tipo de políticas, eu penso que a gente está-se a esquecer um pouco disso e isso é perigoso. A Nação e o Estado, em Moçambique, só tem duas gerações, é muito fraca, o sentido de Nação ainda é fraco. O sentido de Estado é muito fraco, é natural. É novo, é muito novo. Se nós não temos cuidado acabamos com Moçambique em 7 ou 8 países e com problemas gravíssimos.

GDI: Relativamente à ida dos estudantes para Cuba. Não era possível termos uma Liga dos Estudantes de Cuba em cada uma das nossas Províncias?

AS: Hoje está toda gente muito longe disso. Mas, aquela formação em Cuba, eu visitei-os lá, fui o primeiro Ministro que foi lá, depois deles lá estarem, em '81 e as lágrimas correram-me quando fui lá, por um lado de alegria, de ver como os nossos estudantes estavam a ter uma educação como deve ser e por outro lado de emoção de ver como era o engajamento daqueles estudantes. Eles compreendiam bem que estavam lá com tarefa, estudavam, os Cubanos diziam: “Não há melhores estudantes...” Estavam lá de muitos Países e os Cubanos diziam que nenhum País tinha estudantes como os nossos, em termos de seriedade, dedicação e unidade. Não ouvi falar de tribo lá, reuni com eles muitas vezes. Era Moçambique que se estava a criar, era Moçambique que estava a nascer ali. Até hoje não temos escolas com aquela categoria, em termos de instalações, laboratórios, de tudo.

Agora, eu penso que nós temos de ter várias coisas nacionais em várias Províncias, instituições nacionais em várias Províncias, instituições que formam a moçambicanidade em várias Províncias. Há outros elementos fundamentais: o desporto é um elemento fundamental no espírito de Nação, o Moçambola²⁴ é importante na criação da Nação Moçambicana e as vitórias que os Moçambicanos alcançam nos internacionais como a Lurdes Mutola²⁵. Não foi só Maputo que a viu... que chorou de alegria, foi do do Rovuma ao Maputo.

²⁴ **Moçambola** é o nome actualmente dado ao Campeonato Moçambicano de Futebol e é a competição mais importante de futebol realizada em Moçambique, sendo organizada pela Liga Moçambicana de Futebol, sob alçada da Federação Moçambicana de Futebol.

²⁵ **Maria de Lurdes Mutola** (Maputo, 27 de Outubro de 1972) é uma atleta moçambicana, campeã dos 800m nos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000. Mutola detém o recorde do Mundo dos 1000 metros em pista coberta e em pista aberta, recorde africano dos 1000 metros em pista aberta e o recorde africano dos 800 metros em pista aberta.

Mas é importante que haja essa preocupação em todos os aspectos. Por exemplo, eu acho que as escolas de professores deviam ter estudantes de várias Províncias. Pelo menos os professores e os enfermeiros que seja assim, que sejam escolas em todas as Províncias, mas com alunos de todas as Províncias.

GDI: Duma forma geral, como é que a guerra em Moçambique, particularmente a Guerra dos 16 Anos afectou a Indústria e o Comércio?

AS: Foi uma guerra que nos foi imposta do exterior. Eu tive como subordinado, nas Nações Unidas, no Sudão, o chefe de desminagem que era um dos chefes de operações Sul-africanas em Moçambique, viveu 3 anos no nosso País, consecutivos, era major. Contou-me muitas histórias.

Portanto, a guerra destruiu muito neste País. Havia cerca de 12.000 a 15.000 lojas, mais de metade foi queimada e destruída. Essas 12.000 a 15.000 incluíam as lojas nas cidades, mas as queimadas não foram nas cidades, nem nas sedes dos Distritos em que houve algumas, mas não tanto... Agora imaginem o que aconteceu às restantes lojas. Portanto, a guerra bloqueou os sistemas de Educação, Saúde e de trocas e provocou um retrocesso enorme no desenvolvimento natural da sociedade, sem dúvida.

Agora, também há outros aspectos importantes, a própria guerra é um dos factores fundamentais do nível de corrupção no nosso País. Contribuiu para quebrar parte do tecido moral, ético da sociedade, porque a guerra tem esse efeito. Aliás, o efeito pior da guerra é a destruição do tecido moral da sociedade, na minha opinião, número um. Mas, o isolamento das comunidades, por causa da guerra, levou as pessoas a voltarem aos valores de origem. A evolução do Homem é uma evolução que tem processos. Nós temos sistemas de sociedades a coexistir, mas algumas são do passado e outras são do futuro e algumas do futuro nem são bem aceites ainda, demora tempo até serem aceites e as do passado também demoram tempo a desaparecer. O processo de guerra faz as pessoas voltarem àquilo que são os valores de origem. Muitas vezes a transformação social que se tem verificado, fica adiada, o que é natural, é natural.

Há uma coisa que me espanta muito é que durante a guerra civil, mesmo nos piores momentos, chegávamos a comercializar mais castanha de caiu do que hoje, apesar dessa destruição toda. Portanto, isso mostra que os problemas não são só de se ter eliminado o comércio o que se eliminou. O risco que os comerciantes corriam para fazer o seu trabalho era enorme. Morreu muita gente nesse processo. Aliás, a maior parte dos mortos civis na guerra são as pessoas que estavam a fazer comércio.

GDI: Mas não acha que há um efeito da guerra sobre o comércio e depois, por causa das novas medidas, também terá sido alimentado algum descontentamento que depois dá alguma base, digamos, social à oposição?

AS: A guerra transforma-se. Essa já foi a tese que a minha filha defendeu quando acabou a Escola Secundária, que é brilhante. A tese dela era se a guerra de Moçambique foi uma guerra civil ou uma guerra de agressão do exterior. A tese dela conclui que era uma guerra de agressão do exterior que se transforma em guerra civil. É verdade, porque a acção/reacção à guerra cria campos e a partir duma certa altura já é uma guerra civil, na parte final é uma guerra civil. Já tem elementos de guerra civil, apesar do apoio do exterior se manter até ao fim. Mas, já deixou de ser meramente de apoio exterior para passar a ser guerra civil. Parte disso é porque as pessoas isolaram-se, há fronteiras, há barreiras e então criam-se campos antagónicos.

Surpreendentemente, depois do processo de Paz, eu estava nas Nações Unidas nessa altura, vim cá algumas vezes, eles diziam: “Vai ser um desastre com os ex-soldados, vai haver uma criminalidade monstra”. Não houve. O povo Moçambicano em relação à guerra o que fez foi: “Não quero falar mais disso”, a seguir ao processo de Paz. Não queria, nem os que foram mortos, massacrados, nem os que massacraram falaram mais disso. É uma atitude de defesa. Eu já vi isso noutras países, na Libéria. É impressionante. Com as pessoas é como não se tivesse passado nada. Passam à frente. Mas aquelas marcas estão lá. Aquelas marcas têm efeitos, até nessa ganância da riqueza, porque a vida passou a ser uma coisa sem valor durante a guerra, o valor da vida desaparece, porque matou-se... Quantas pessoas morreram em Moçambique? Eu penso que não há um número fixo. Mas, morreu mais gente em Moçambique do que na guerra em Angola, apesar da guerra em Angola ter sido muito mais violenta. Disso eu não tenho dúvidas. Morreu muita gente em Moçambique e muito mais do que na guerra colonial, muito mais, disso também não tenho dúvidas.

Agora, isso tem implicações. Quando eu falo do tecido moral da sociedade, é isso, a perda de valores, incluindo que a vida tem pouco valor, então quer ser rico rapidamente, tudo se perde e tem consequências no desenvolvimento da sociedade. Perdemos 10 anos. Não é só a destruição, não é só o desastre económico que a guerra é, são 10 anos de desenvolvimento da sociedade que ficou paralisada e parte dos nossos problemas de hoje são resultado disso, a corrupção, a perda de valores, porque os valores alteraram-se. É um problema muito sério. É por isso que eu não perdoo ao *apartheid* a nossa guerra civil, não, nunca vou perdoar, haja o que houver. ■

BIOGRAFIA



ARANDA DA SILVA

Manuel Jorge Aranda da Silva, moçambicano, economista, entre 1975 e 1978 foi Director do Gabinete do Ministro da Administração Interna responsável pela criação do Sistema da Administração Civil e do Governo Local em Moçambique.

De 1978 a 1980 foi Director Nacional do Comércio. Em 1980 assumiu o cargo de Ministro do Comércio, Indústria Ligeira e Turismo posição que ocupou até 1989. Nesta qualidade liderou a negociação entre Moçambique e a UE sobre a Terceira Convenção de Lomé. Foi um dos 3 ministros que lideraram o Programa de Ajustamento Económico em Moçambique, em colaboração com o Banco Mundial e o FMI.

Em 1989 iniciou uma prolongada carreira no PMA - Programa Mundial de Alimentos da ONU começando por supervisionar Projectos de Desenvolvimento Rural na China até que em 1991 foi nomeado com Director de Operações do PMA no Sudão. Em 1993 foi o Coordenador Humanitário das Nações Unidas para Angola, Luanda, onde liderou a Equipa Nacional das Nações Unidas sobre a Resposta de Emergência à Crise Humanitária em Angola (a maior operação humanitária em África na altura). Permaneceu em Luanda até 1995, sendo no último ano da sua estadia o Representante Residente do PNUD. Em 1995/96 foi Director de Divisão, do Departamento de Assuntos Humanitários, em Nova Iorque, EUA. Ente 1996 e 2000 foi Chefe do Serviço de Suporte Técnico, PMA/ODT em Roma, Itália sendo responsável pelas Políticas do PMA sobre Respostas de Emergência, Avaliação de Género, Nutrição e Vulnerabilidade e Mapeamento. Entre 2001/04 foi Director Regional do PMA para a África Ocidental, Dakar, Senegal. De 2004 a 2007 foi enviado como Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral para o Sudão e Coordenador Humanitário Residente da ONU no Sudão, Cartum. Liderou a resposta à crise humanitária em Darfur e os esforços de recuperação e desenvolvimento nas áreas abrangidas pelo Acordo de Paz Integral Norte / Sul.

Actualmente, reformado da ONU, é o Presidente do Conselho de Administração do BTM – Banco Terra de Moçambique. ■